

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA DISCIPLINA – DIREITO PENAL

DIA: 05/06/2023

() Manhã (X) Tarde

PONTO SORTEADO: 04

Conteúdo: Teoria geral do crime: desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior; crime impossível; Teoria geral da pena: causas extintivas da punibilidade

PERGUNTA do EXAMINADOR: Verônica de Oliveira Lazar

PERGUNTA: Analise a conduta de Cristiane à luz da doutrina e do CP no tocante à teoria geral do crime.

Cristiane, revoltada com a traição de seu marido, Pedro, decide matá-lo. Para tanto, resolve esperar que ele adormeça para, durante a madrugada, acabar com sua vida. Por volta das 22h, Pedro deita para ver futebol na sala da residência do casal. Quando chega à sala, Cristiane percebe que Pedro estava deitado sem se mexer no sofá. Acreditando estar dormindo, desfere 10 facadas em seu peito. Nervosa e arrependida, liga para o hospital e, com a chegada dos médicos, é informada que o marido faleceu. O laudo de exame cadavérico, porém, constatou que Pedro havia falecido momentos antes das facadas em razão de um infarto fulminante.

RESPOSTA PADRÃO: É esperado que o(a) candidato(a):

A) Analise a conduta de Cristiane: não responderá por nenhum crime por se tratar de crime impossível por absoluta impropriedade do objeto previsto no art. 17 do CP;

B) Explique o conceito de crime impossível, também conhecido por tentativa inidônea ou quase-crime. Sua natureza jurídica é de exclusão da tipicidade. Nessa hipótese não se pune a tentativa. Objeto, para o CP, é o objeto material sobre o qual recai a conduta criminosa, compreendido como a pessoa ou coisa.

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA DISCIPLINA – DIREITO PENAL

DIA: 05/06/2023

(X) Manhã () Tarde

PONTO SORTEADO: 05

Conteúdo: LEI PENAL. LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO; TEMPO DO CRIME; CONFLITO APARENTE E PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO; TEORIA GERAL DO CRIME; CONCURSO DE PESSOAS

PERGUNTA do EXAMINADOR: **Verônica de Oliveira Lazar**

PERGUNTA: Quais são os princípios que regem a lei penal no tempo? Explique-os à luz da CF e do CP.

RESPOSTA PADRÃO: É esperado que o(a) candidato(a):

A) Cite os princípios: 1) Legalidade ou reserva legal, no sentido de anterioridade; 2) Irretroatividade da lei penal e 3) Retroatividade e ultratividade da lei mais benigna.

B) Explique os aludidos princípios

Não há infração ou sanção penal sem lei anterior, isto é, sem lei prévia. Esse desdobramento do princípio da legalidade traduz a ideia da anterioridade penal, segundo o qual a para a aplicação da lei penal, exige-se lei anterior tipificando o crime e prevendo a sua sanção.

O segundo princípio constitucional (irretroatividade da lei penal), descrito no art. 5º, XL da CF, dispõe que a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu, impondo-se, assim, a irretroatividade da lei penal, salvo quando a lei nova seja benéfica ao acusado.

Segundo o Art. 2º. do CP, ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

Retroatividade benéfica: Art. 2º, parágrafo único do CP- A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

Por fim, quanto à ultratividade da lei mais benigna: A lei anterior, quando for mais favorável, terá ultratividade e prevalecerá mesmo ao tempo de vigência da lei nova, apesar de já estar revogada.

C) Comente a ultratividade da lei penal nos crimes permanentes e crime continuado, conforme súmula 711 do STF;

D) Comente o princípio da ultratividade em relação às leis penais temporárias e excepcionais (art. 3º do CP)

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA DISCIPLINA – DIREITO PENAL

DIA: 02/06/2023

() Manhã (X) Tarde

PONTO SORTEADO: 03

Conteúdo: Teoria geral do crime: ilicitude (antijuridicidade): considerações gerais, causas legais e supralegais de exclusão de ilicitude, excesso; Teoria geral da pena: execução penal; penas privativas de liberdade, penas restritivas de direitos e multa

PERGUNTA do EXAMINADOR: **Verônica de Oliveira Lazar**

PERGUNTA: O que é conversão da pena e quando ela ocorre segundo a legislação penal brasileira?

RESPOSTA PADRÃO: Espera-se que o (a) candidato (a):

A) Conceitue e cite as hipóteses legais de conversão do art. 44, § 4º e § 5º do CP -A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade **quando ocorrer :**

a) O descumprimento injustificado da pena restritiva de direitos imposta;

b) Quando houver condenação por novo crime - Art. 44, 5º CP - Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução penal decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior.

B) Cite as hipóteses legais de conversão do art. 181 §1º da Lei de Execuções Penais-LEP

Art. 181. A pena restritiva de direitos será convertida em privativa de liberdade nas hipóteses e na forma do artigo 45 e seus incisos do Código Penal.

1º. A pena de prestação de serviços à comunidade será convertida quando o condenado:

a) não for encontrado por estar em lugar incerto e não sabido, ou desatender a intimação por edital;

b) não comparecer, injustificadamente, à entidade ou programa em que deva prestar serviço;

c) recusar-se, injustificadamente, a prestar o serviço que lhe foi imposto;

d) praticar falta grave;

e) sofrer condenação por outro crime à pena privativa de liberdade, cuja execução não tenha sido suspensa.

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – DIREITO PENAL

DIA: 02/06/2023

(X) Manhã () Tarde

PONTO SORTEADO: 05

Conteúdo: CONTEÚDO: LEI PENAL. LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO; TEMPO DO CRIME; CONFLITO APARENTE E PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO; TEORIA GERAL DO CRIME: **CONCURSO DE PESSOAS**

PERGUNTA do EXAMINADOR: **Verônica de Oliveira Lazar**

PERGUNTA: Sobre o tema concurso de agentes: O médico que auxilia a genitora a matar recém-nascido, logo após o parto, ou o faz sozinho a pedido da mesma, responderá por qual crime? Analise a tipificação legal das condutas do médico e da genitora à luz do CP.

RESPOSTA PADRÃO: Espera-se que o candidato (a):

A) **Faça a adequada tipificação legal das condutas do médico e da genitora.**

Corrente majoritária: se a genitora estiver sob a influência do estado puerperal o médico e a genitora responderão por infanticídio (art. 123) em coautoria, em ambas as hipóteses. O médico e a genitora só responderão por homicídio se não estiver presente a elementar do estado puerperal.

B) **Analise a incomunicabilidade das circunstâncias pessoais, salvo quando elementares do crime. O estado puerperal, quando presente, é circunstância pessoal e que, sendo elementar do delito de infanticídio, comunica-se *ex vi* do art. 30 do CP aos coautores e partícipes.**

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA DISCIPLINA – DIREITO PENAL

DIA: 01/06/2023 () Manhã (X) Tarde

PONTO SORTEADO: 05

Conteúdo: CONTEÚDO: LEI PENAL. LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO; TEMPO DO CRIME; CONFLITO APARENTE E PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO; TEORIA GERAL DO CRIME; CONCURSO DE PESSOAS

PERGUNTA do EXAMINADOR: Verônica de Oliveira Lazar

PERGUNTA: Com relação à lei penal no espaço. Quais são as hipóteses de extraterritorialidade incondicionada da lei penal brasileira? Qual o princípio adotado pelo CP nesses casos? Explique.

RESPOSTA PADRÃO: Espera-se que o (a) candidato (a):

A) Cite as hipóteses legais previstas no art. 7º, I do CP. Aplica-se a lei penal aos crimes ocorridos fora do território nacional. Extraterritorialidade incondicionada:

I – os crimes:

- a) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República;
- b) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público;
- c) contra a administração pública, por quem está a seu serviço;
- d) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil;

B) Cite e explique o princípio da defesa, proteção ou real adotado pelo CP, que leva em consideração a relevância do bem jurídico nacional tutelado.

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA DISCIPLINA – DIREITO PENAL

DIA: 01/06/2023 (X) Manhã () Tarde

PONTO SORTEADO: 01

Conteúdo: **Teoria geral da pena: suspensão condicional da pena, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação, medidas de segurança**

Dos crimes contra a dignidade sexual

Teoria Geral da Pena: concurso de crimes; limite das penas. Crimes de Trânsito

PERGUNTA do EXAMINADOR: **Verônica de Oliveira Lazar**

PERGUNTA: Quais são as hipóteses legais previstas no art. 291, § 1º, incs. I, II e III do CTB (Lei 9.503/97) em que não se aplica a Lei 9.099/95 ao crime de lesão corporal culposa no trânsito?

E quais são os institutos da Lei 9.099/95 que não se aplicam aos crimes de lesão corporal culposa no trânsito nessas hipóteses?

RESPOSTA PADRÃO: Espera-se que o (a) candidato (a):

A) Cite todas as hipóteses legais do Art. 291 § 1º, incs. I, II e III do CTB.

Aplica-se aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa o disposto nos arts. 74, 76 e 88 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, exceto se o agente estiver:

I - sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência; (Incluído pela Lei nº 11.705, de 2008)

II - participando, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística, de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente;

III - transitando em velocidade superior à máxima permitida para a via em 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora)

B) Diga quais os institutos da Lei 9.099/95 que não se aplicam aos crimes de lesão corporal culposa no trânsito. São eles: composição civil dos danos, transação penal e representação, previstos nos arts. 74, 76 e 88 da Lei n. 9.099/95

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA DISCIPLINA – DIREITO PENAL

DIA: 31/05/2023

() Manhã (X) Tarde

PONTO SORTEADO: 05

CONTEÚDO: Lei penal. Lei penal no tempo e no espaço; tempo do crime; conflito aparente e processo de criminalização; Teoria geral do crime: concurso de pessoas

PERGUNTA do EXAMINADOR: Luis Cláudio Almeida Santos

PERGUNTA: Quais as teorias relativas ao tempo do crime e qual a teoria adotada pelo CP?

RESPOSTA PADRÃO: Espera-se que o (a) candidato (a):

A) Cite as três teorias quanto à determinação do momento da prática do crime (*tempus delicti*). São elas: a) da atividade; b) do resultado e c) mista.

B) Explique a teoria da atividade adotada pelo art. 4º do CP

O CP adotou no art. 4º a teoria da atividade, também chamada de teoria da ação, pela qual considera-se o momento do crime quando o agente realizou a ação ou a omissão típica. Ou seja, o que importa é o momento da conduta (omissiva ou comissiva) delituosa, pouco importando em que momento se deu o resultado.

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA DISCIPLINA – DIREITO PENAL

DIA: 31/05/2023

(X) Manhã () Tarde

PONTO SORTEADO: 05

Conteúdo: LEI PENAL. LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO; TEMPO DO CRIME; CONFLITO APARENTE E PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO; TEORIA GERAL DO CRIME;
CONCURSO DE PESSOAS

PERGUNTA do EXAMINADOR: **Verônica de Oliveira Lazar**

PERGUNTA: Qual a teoria adotada pelo Código Penal em relação ao concurso de pessoas? Há alguma exceção à teoria adotada pelo CP? Explique e exemplifique.

RESPOSTA PADRÃO: É esperado que o(a) candidato(a):

A) Cite e explique a teoria unitária ou monista adotada pelo art. 29 do CP.

B) Explique a teoria pluralista como exceção à teoria monista no concurso de pessoas.

C) Dê exemplos da teoria pluralista contemplados no CP. Aborto (art. 124 e art. 126) e corrupção ativa e passiva (art. 317 e art. 333).

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA DISCIPLINA – DIREITO PENAL

DIA: 30/05/2023

() Manhã (X) Tarde

PONTO SORTEADO: 01

Conteúdo: Teoria geral da pena: suspensão condicional da pena, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação, medidas de segurança. Dos crimes contra a dignidade sexual. Teoria Geral da Pena: concurso de crimes; limite das penas. Crimes de trânsito.

PERGUNTA do EXAMINADOR: **Verônica de Oliveira Lazar**

PERGUNTA: No Brasil, a prática denominada de “stealthing”, que consiste na retirada sorrateira do preservativo durante a relação sexual, sem o consentimento da vítima, pode caracterizar algum crime? E caso resulte uma gravidez? Explique essa conduta à luz do CP.

RESPOSTA PADRÃO: É esperado que o(a) candidato(a):

A) Analise a prática denominada de “stealthing” que consiste na retirada do preservativo durante a relação sexual, sem o consentimento da outra pessoa;

B) Faça a adequação típica da conduta descrita que pode caracterizar o crime de violação sexual mediante fraude, previsto no artigo 215 do Código Penal. O ato pune a conduta de ter relação íntima com alguém, por meio de engano ou ato que dificulte a manifestação de vontade da vítima.

C) Mencione a hipótese de aumento de pena prevista no **Art. 234-A do CP**. Nos crimes previstos neste título a pena é aumentada: Inciso III - de metade, **se do crime resultar gravidez.**

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA DISCIPLINA – DIREITO PENAL

DIA: 30/05/2023

(X) Manhã () Tarde

PONTO SORTEADO: 02

Conteúdo: **TRATAMENTO JURÍDICO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA; CRIMES RELATIVOS À CRIANÇA E ADOLESCENTE**

TEORIA GERAL DO CRIME: Tipo penal: Tipo doloso, culposo e preterdoloso; iter criminis, consumação e tentativa; exaurimento

PERGUNTA do EXAMINADOR: **Verônica de Oliveira Lazar**

PERGUNTA: Sobre a Teoria geral do crime. Qual a diferença entre dolo eventual e culpa consciente? Defina e exemplifique.

RESPOSTA PADRÃO: É esperado que o(a) candidato(a):

A) Conceitue dolo eventual previsto no art. 18, inc. I do CP especificando **a teoria adotada pelo CP – teoria do assentimento**: O agente prevê mais de um possível resultado típico que pode decorrer da conduta e escolhe um resultado que pretende atingir. Então dirige sua conduta na busca apenas do resultado pretendido, **porém, assume o risco de produzir outro resultado**. Ao contrário de outras modalidades de dolo, no eventual não existe o elemento volitivo. **Ou seja, não há a vontade do agente de praticar o resultado danoso.**

B) Conceitue culpa consciente: É definida como culpa consciente a situação em que o agente, quando realiza a conduta, prevê tal resultado, mas acredita na sua não ocorrência. Nesse caso, o resultado previsto não é desejado pelo agente, e a ação é realizada por imprudência, negligência ou imperícia.

C) Distinga dolo eventual e culpa consciente

No dolo eventual, apesar de o sujeito não desejar o resultado danoso, prevê e aceita a possibilidade do resultado. O resultado lhe é indiferente. Na culpa consciente, o agente prevê a possibilidade do resultado danoso, mas acredita sinceramente que não irá acontecer.

D) Dê exemplos de dolo eventual e culpa consciente

Exemplo de culpa consciente: Um motorista está dirigindo em alta velocidade. Ele vê um pedestre atravessando a rua correndo, em sua frente. Ele sabe que poderá atropelar a pessoa, mas acredita que o pedestre conseguirá atravessar.

Exemplo de dolo eventual: Rachas no trânsito que vem a causar a morte de alguém

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA DISCIPLINA – DIREITO PENAL

DIA: 29_/05_/2023

() Manhã (X) Tarde

PONTO SORTEADO: 04

Conteúdo: **Teoria geral do crime: desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior; crime impossível; Teoria geral da pena: causas extintivas da punibilidade**

PERGUNTA do EXAMINADOR: **Verônica de Oliveira Lazar**

PERGUNTA: De acordo com o art. 188 da LEP, quem tem legitimidade para solicitar o indulto individual ? Qual o efeito do indulto para o condenado?

RESPOSTA PADRÃO: É esperado que o(a) candidato(a):

A) Cite todos os legitimados a pleitear o indulto individual de acordo com o art. 188 da LEP- O indulto individual poderá ser provocado por petição do condenado, por iniciativa do Ministério Público, do Conselho Penitenciário, ou da autoridade administrativa.

B) Cite a extinção da punibilidade do art. 107, II do CP, ressaltando que o indulto atinge apenas os efeitos penais da condenação, não abarcando os efeitos secundários (dentre eles a reincidência), sejam eles penais ou extrapenais.

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – DIREITO PENAL

DIA: 29_/05_/2023

(X) Manhã () Tarde

PONTO SORTEADO: 03

Conteúdo: Teoria geral do crime: ilicitude (antijuridicidade): considerações gerais, causas legais e supralegais de exclusão de ilicitude, excesso; Teoria geral da pena: execução penal; penas privativas de liberdade, penas restritivas de direitos e multa

PERGUNTA do EXAMINADOR: **Verônica de Oliveira Lazar**

PERGUNTA: É cabível a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos nos casos de crimes ou contravenções penais praticadas contra a mulher no ambiente doméstico? Faça uma análise à luz da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e da jurisprudência do STJ e do STF.

RESPOSTA PADRÃO: É esperado que o(a) candidato(a):

A) Mencione o art. 17 da Lei Maria da Penha que **veda** a aplicação da pena restritiva de prestação pecuniária e cestas básicas aos crimes de violência doméstica e familiar.

B) Cite o entendimento do STJ através da Súmula 588 -**A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos;**

C) Analise a posição do STF de que é possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, nos moldes previstos no art. 17 da Lei Maria da Penha, aos condenados pela prática da contravenção penal. Isso porque a contravenção penal não está na proibição contida no inciso I do art. 44 do CP, que fala apenas em crime.

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – DIREITO PENAL

DIA: 26/05/2023

() Manhã (X) Tarde

PONTO SORTEADO: 03

Conteúdo: Teoria geral do crime: ilicitude (antijuridicidade): considerações gerais, causas legais e supralegais de exclusão de ilicitude, excesso; Teoria geral da pena: execução penal; penas privativas de liberdade, penas restritivas de direitos e multa

PERGUNTA do EXAMINADOR: Verônica de Oliveira Lazar

PERGUNTA: O que é legítima defesa putativa? Exemplifique e analise à luz do CP.

RESPOSTA PADRÃO: É esperado que o(a) candidato(a):

A) Conceitue a discriminante putativa da legítima defesa, conforme art. 20 § 1º, do Código Penal: É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo. Dá-se a legítima defesa putativa quando alguém erroneamente se julga em face de uma agressão atual e injusta, e portanto, legalmente autorizado à reação que empreende.

B) Dê um exemplo de legítima defesa putativa

Ex: Réu que após haver se desentendido com a vítima viu que esta se aproximou aparentando estar armada e acreditando que o fosse agredir, sacou de sua arma e realizou disparos. Na verdade, a vítima não estava armada, e apenas buscava uma lanterna no bolso.

C) Mencione as hipóteses de erro evitável e inevitável na legítima defesa putativa.

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A
FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE
JUSTIÇA SUBSTITUTO**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Penal

DIA: 26/05/2023

(X) Manhã () Tarde

PONTO SORTEADO: 01

CONTEÚDO: Teoria geral da pena: suspensão condicional da pena, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação, medidas de segurança

Dos crimes contra a dignidade sexual.

Teoria Geral da Pena: concurso de crimes; limite das penas. Crimes de Trânsito.

PERGUNTA do EXAMINADOR: VERÔNICA DE OLIVEIRA LAZAR

PERGUNTA: No tocante aos efeitos da condenação previstos no art. 91 do CP, o que a doutrina entende como **Confisco Alargado** introduzido pela Lei 13.964/2019 – Lei anticrime? Quem tem legitimidade para requerer? Em que momento processual?

*** RESPOSTA PADRÃO:** É esperado que o(a) candidato(a) :

- A) Conceitue o confisco alargado de bens que surgiu com a reforma do Código Penal promovida pela Lei Anticrime e permite a decretação da perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito, para crimes cuja pena máxima cominada seja superior a 06 anos de reclusão;
- B) Cite que a legitimidade para requerer é do Ministério Público, conforme **art. 91-A, § 3º** do CP- A perda prevista neste artigo deverá ser requerida expressamente pelo **Ministério Público**;
- C) Mencione que o confisco alargado deve ser requerido pelo MP na deflagração da ação penal pública, **por ocasião do oferecimento da denúncia**, com indicação da diferença apurada.

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*

**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Penal

DIA: 25/ 05/ 2023

() Manhã (X) Tarde

PONTO SORTEADO: 04

CONTEÚDO: Teoria geral do crime: desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior; crime impossível; Teoria geral da pena: causas extintivas da punibilidade

PERGUNTA do EXAMINADOR: VERÔNICA DE OLIVEIRA LAZAR

PERGUNTA: Após descarregar toda a arma contra a vítima, assim agindo com o escopo de matá-la, João resolve socorrê-la e a leva para o hospital em seu próprio veículo. Realizado o atendimento médico adequado, a vítima é salva, inobstante as lesões graves decorrentes daqueles disparos. Qual a solução jurídica para o caso à luz do CP?

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) :

- A) Explique o arrependimento eficaz previsto no art. 15 do CP, pelo qual o agente João ao evitar o resultado morte, só responde pelos atos anteriores; o agente praticou todos os atos executivos, mas interfere evitando a consumação do crime;**
- B) Faça a adequação típica do fato praticado por João: crime de Lesão corporal grave**

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*

**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Penal

DIA 25/05/2023

(X) Manhã () Tarde

PONTO SORTEADO: 02

**CONTEÚDO: TRATAMENTO JURÍDICO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA;
CRIMES RELATIVOS À CRIANÇA E ADOLESCENTE
TEORIA GERAL DO CRIME: Tipo penal: Tipo doloso, culposo e preterdoloso;
iter criminis, consumação e tentativa; exaurimento**

PERGUNTA do EXAMINADOR: VERÔNICA DE OLIVEIRA LAZAR

PERGUNTA: Comente todos os elementos do novo tipo penal previsto no art. 26 da Lei 14.344/2022, a denominada Lei Henry Borel.

RESPOSTA PADRÃO: É esperado que o (a) candidato (a):

A) Defina o tipo penal descrito no art. 26 da Lei Henry Borel - **Deixar de comunicar à autoridade pública a prática de violência, de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas de educação, correção ou disciplina contra criança ou adolescente ou o abandono de incapaz**

B) Classifique o tipo de crime como omissivo próprio, de mera conduta, que não admite tentativa, crime comum que pode ser praticado por qualquer pessoa

C) Cite os seguintes elementos: O crime é punível apenas a título de dolo, não se admitindo a modalidade culposa. Crime de ação penal pública incondicionada. Há formas qualificadas com aumento de pena em razão do parentesco e em caso de lesão corporal grave e morte.

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA DISCIPLINA – DIREITO PENAL

DIA: 24/05/2023

() Manhã (X) Tarde

PONTO SORTEADO: 02

Conteúdo: **TRATAMENTO JURÍDICO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA; CRIMES RELATIVOS À CRIANÇA E ADOLESCENTE**

TEORIA GERAL DO CRIME: Tipo penal: Tipo doloso, culposo e preterdoloso; iter criminis, consumação e tentativa; exaurimento

PERGUNTA do EXAMINADOR: **Luis Cláudio Almeida Santos**

PERGUNTA: Explique o novo tipo penal de violência psicológica contra a mulher inserido no art. 147-B do CP pela Lei 14.188/21.

RESPOSTA PADRÃO: É esperado que o(a) candidato(a):

A) Analise o novo tipo penal do art. 147-B do CP com suas características principais.

Segundo o novo tipo penal, entende-se por violência psicológica o ato de causar um **dano emocional à mulher**, desde que prejudique ou perturbe o seu desenvolvimento mental; degrade ou controle as suas ações, comportamentos, crenças e/ou decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação.

Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, **se a conduta não constitui crime mais grave.**

Trata-se de um crime subsidiário, que será aplicado se a conduta não constituir crime mais grave.

Destaca-se que o novo crime busca assegurar **o direito à liberdade individual (pessoal)** da vítima, ou seja, o sujeito que praticar violência psicológica contra mulher, estará ferindo o direito à liberdade pessoal que aquela possui.

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA DISCIPLINA – DIREITO PENAL

DIA 24/05/2023

(X) Manhã () Tarde

PONTO SORTEADO: 03

Conteúdo: Teoria geral do crime: ilicitude (antijuridicidade): considerações gerais, causas legais e supralegais de exclusão de ilicitude, excesso; Teoria geral da pena: execução penal; penas privativas de liberdade, penas restritivas de direitos e multa

PERGUNTA do EXAMINADOR: **Verônica de Oliveira Lazar**

PERGUNTA: De acordo com o Código Penal, quais são os requisitos legais para substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos?

RESPOSTA PADRÃO: É esperado que o(a) candidato(a):

A) Cite todos os requisitos do art. 44, incisos I, II e III do CP.

I- aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos;

II- o réu não for reincidente em crime doloso;

III- a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

B) Mencione a possibilidade de substituição prevista no art. 44, § 3º do CP - Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA DISCIPLINA – DIREITO PENAL

DIA: 23/05/2023

() Manhã (X) Tarde

PONTO SORTEADO: 05

Conteúdo: LEI PENAL. LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO; TEMPO DO CRIME; CONFLITO APARENTE E PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO; TEORIA GERAL DO CRIME: CONCURSO DE PESSOAS

TEMA: Conflito aparente de normas

PERGUNTA do EXAMINADOR: Verônica de Oliveira Lazar

PERGUNTA: Segundo a doutrina penal, quais são os princípios que regem o denominado conflito aparente de normas? Comente pelo menos 02 desses princípios exemplificando.

RESPOSTA PADRÃO: É esperado que o(a) candidato(a):

- A) Cite os 04 princípios que regem o conflito aparente de normas: especialidade, subsidiariedade, consunção e alternatividade;
- B) Comente pelo menos 02 desses princípios;
- C) Exemplifique 02 desses princípios..

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – DIREITO PENAL

DIA: 23/05/2023

(X) Manhã () Tarde

PONTO SORTEADO: 02

Conteúdo: Tratamento jurídico da violência doméstica; Crimes relativos à criança e adolescente. Teoria geral do crime: Tipo penal: Tipo doloso, culposo e preterdoloso; iter criminis, consumação e tentativa; exaurimento.

PERGUNTA do EXAMINADOR: Verônica de Oliveira Lazar

PERGUNTA: Quais são as atribuições legais do Ministério Público de cunho administrativo previstas no art. 26 da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)?

RESPOSTA PADRÃO: É esperado que o(a) candidato(a):

A) Cite todas as atribuições legais do MP descritas no art. 26, incs. I, II e III da Lei Maria da Penha

Art. 26. Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

I- requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros;

II - fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas;

III - cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA DISCIPLINA – DIREITO PENAL

DIA: 22/05_/2023

() Manhã (X) Tarde

PONTO SORTEADO: 03

Conteúdo: Teoria geral do crime: ilicitude (antijuridicidade): considerações gerais, causas legais e supralegais de exclusão de ilicitude, excesso; Teoria geral da pena: execução penal; penas privativas de liberdade, penas restritivas de direitos e multa

PERGUNTA do EXAMINADOR: **Verônica de Oliveira Lazar**

PERGUNTA: Quem tem legitimidade para executar a pena de multa em caso de não pagamento? Explique.

RESPOSTA PADRÃO: É esperado que o(a) candidato(a):

A) Cite a legitimidade do Ministério Público para executar a pena de multa perante a Vara de Execução Penal, nos termos do art. 51 do CP

B) Diga qual o procedimento a ser adotado, conforme art. 164 e seguintes da LEP

C) Esclareça que caso o MP não proponha a execução penal da pena de multa no prazo de 90 dias, o juiz da execução criminal encaminhará à Fazenda Pública federal ou estadual para cobrança perante a Vara de Execução Fiscal de acordo com a ADI 3150

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – DIREITO PENAL

DIA: 22/05/2023

(X) Manhã () Tarde

PONTO SORTEADO: 03

Conteúdo: Teoria geral do crime: ilicitude (antijuridicidade): considerações gerais, causas legais e supralegais de exclusão de ilicitude, excesso; Teoria geral da pena: execução penal; penas privativas de liberdade, penas restritivas de direitos e multa

PERGUNTA do EXAMINADOR: **Verônica de Oliveira Lazar**

PERGUNTA: Quais são os princípios fundamentais norteadores à aplicação e execução das penas?

RESPOSTA PADRÃO: É esperado que o(a) candidato(a):

A) Mencione os seguintes princípios: legalidade, proporcionalidade, personalidade ou intrascendência, inderrogabilidade, individualização da pena, humanidade.

B) Explique pelo menos 02 (dois) desses princípios

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)